

079ª SESSÃO ORDINÁRIA 24AGO2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do assunto Semana Municipal do Corretor de Imóveis.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Armando Pinto Fontoura, Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul, e o Sr. Carlos Lammel, Presidente do Sindimóveis.

O Ver. Márcio Bins Ely, proponente desta homenagem, está com a palavra.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Boa tarde a todos e a todas. Eu quero cumprimentar o Ver. Paulo Brum, Presidente desta Sessão, e, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, especialmente a representação dos corretores e das corretoras de imóveis, que abrilhantam os trabalhos da Sessão nesta tarde.

Neste período de Comunicações, quero agradecer a representação do Creci, dos meus colegas; do Secretário-Geral Pellegrini, que representa o Armando, que está chegando; do Martim, tesoureiro do Sindimóveis, que representa o Carlos Lammel. Agora há pouco, Presidente, tivemos uma homenagem que a Assembleia Legislativa também propôs, um Grande Expediente especial. Esta é a Semana Municipal do Corretor de Imóveis, sendo que dia 27 de agosto é o Dia Nacional dos Corretores de Imóveis. Quero então agradecer à sensibilidade da Mesa Diretora que nos oportunizou fazer esta homenagem neste dia, Ver. Bernardino Vendruscolo. Desde já estendo um convite a todos os Vereadores, em nome da categoria, das representações classistas, para um jantar de adesão hoje à noite são no GTC 35, onde toda a categoria unida estará festejando essa importante reafirmação deste momento histórico na vida dos corretores de imóveis, que representam o dia 27 de agosto.

Inicialmente quero fazer um breve resgate histórico a respeito da nossa profissão e dizer que a inclusão da Semana Municipal do Corretor de Imóveis, a ser realizada em agosto, no Calendário Oficial do Município de Porto Alegre, teve por fim a valorização e conscientização da população e da sociedade Porto Alegrense sobre a importância desses profissionais – corretores e corretoras. Este ano comemora-se 208 da profissão no Brasil, trazendo para nossa reflexão a importância desta profissão de intermediador imobiliário, sendo que isso vem desde o tempo da colonização, no qual as pessoas ganhavam a vida arrumando cruzadas para os desbravadores deste País. A vinda da família real portuguesa deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Basta dizer que durante o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital, na época, dobrou de 50 para 100 mil pessoas. As cidades começaram a tomar uma forma mais urbana, com infraestrutura, com o crescimento, momento em que começou a nascer uma nova profissão: agente de negócios imobiliários. No início eram comerciantes locais que passaram a ter seus rendimentos aumentados com a intermediação imobiliária, ou então, leiloeiros que se especializaram neste ramo, com o potencial do mercado imobiliário. Em seguida vieram os agentes imobiliários; hoje quero dizer que o enquadramento da nossa profissão, corretor de imóveis, é como profissional liberal. O nosso sindicato que está aqui hoje, ombreando junto com o Creci, essa comemoração, Ver. Engº Comassetto, está filiado à Federação Nacional dos Corretores de Imóveis – Fenaci, que, por sua vez, é filiada à Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL. Naquela época, o caderninho, o apontamento na mão, muita disposição e o sonho de vencer na vida passaram a intermediar negócios imobiliários, utilizando os anúncios nos jornais para divulgarem as suas ofertas. Com o surto da urbanização da última década do século XIX, lá atrás, quando São Paulo se tornava o local para onde fluiria quase mais de 200 mil pessoas – hoje é uma Megalópole, com quase 20 milhões de habitantes –, principalmente imigrantes italianos, foram construídas as primeiras vilas destinadas aos operários. Naquela época, começaram a surgir os primeiros corretores de imóveis, assim denominados profissionalmente. Nas capitais ou grandes conglomerados urbanos, nos anos de 1940, os corretores de imóveis faziam parte de uma categoria organizada e reconhecida por toda a sociedade. O primeiro sindicato de corretores de imóveis da história brasileira foi criado em 1937 no Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul

pág. 2

também foi um dos pioneiros – está chegando aqui o nosso Presidente Lammel, para o qual também prestamos, aqui, a nossa homenagem. A Associação Profissional dos Corretores de Imóveis de Porto Alegre requereu a investidura sindical em 1945. Portanto, inclusive, o Sindicato é bem mais velho que o Creci. O Creci irá completar, no ano que vem, 55 anos.

Em 1957, seis sindicatos reunidos no 1º Congresso Nacional dos Corretores de Imóveis, no Rio de Janeiro, reivindicaram, junto às autoridades federais, a edição de uma legislação regulamentando as atividades profissionais. E essa reivindicação começou a ser atendida com a promulgação da Lei nº 4.116, de 1962, que possibilitou o surgimento dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis. A partir daí, veio o seu aperfeiçoamento e foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 6.530, de 1978, que é a lei que regulamenta a nossa profissão. O atual nível de desenvolvimento urbano reflete a complexidade das relações humanas de forma a exigir o maior controle de seus atos, é nesse sentido a nossa homenagem. E eu falo aqui também no projeto de lei que tem por objetivo reafirmar a necessidade e a importância da presença do corretor de imóveis na intermediação imobiliária, ele reitera que é cada vez maior a participação da nossa profissão no sentido da elucidação de problemas de compra e venda, bem como no encaminhamento dos consumidores, compradores, vendedores, enfim, e que a nossa profissão possui essa capacitação específica para prestação desse serviço, detém o conhecimento necessário para orientar, de forma inequívoca, aqueles que participam do ato da relação comercial através dessa intermediação, que inclusive tem uma previsão em um capítulo inteiro do nosso Código de Processo Civil. Mas eu interrompo aqui esse meu raciocínio histórico para conceder aos nobres Pares apartes no que diz respeito a essa homenagem que presta, hoje, aqui, a Cidade, através da Câmara Municipal, dos Vereadores e de suas bancadas, a essa tão valorosa profissão, que é a profissão do corretor de imóveis.

A Sra. Lourdes Sprenger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero cumprimentar o Ver. Marcio Bins Ely por esta homenagem a uma grande categoria que temos em nível nacional, que auxilia na intermediação quando precisamos trocar ou adquirir um imóvel. Embora, com a crise por que passamos, sabemos que o mercado imobiliário foi afetado. Essa categoria –

através das comissões recebidas – movimenta o comércio, movimenta a indústria. E quero cumprimentar por ter uma representação, acredito que, como Presidente, o jovem Vereador, Presidente do Conselho, também tem elevado essa categoria ao nível merecido. Parabéns, Vereador.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito obrigado, Ver.^a Lourdes.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero dizer que, quando cheguei em Porto Alegre, conheci uma pessoa que era corretora de imóveis, com quem fiz muita amizade, ficamos como irmãos. Eu quero prestar essa homenagem também ao Hélio Furlan, que tanto tempo trabalhou para nós, jogadores lá do Grêmio, e para cidade de Porto Alegre. Então, meus parabéns por esta belíssima oportunidade de falar desse grande amigo e pela Semana Municipal do Corretor de Imóveis. Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito obrigado, Ver. Tarciso.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, da qual sou Líder, do Ver. Eng^o Comassetto, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Adeli Sell, quero também nos somar à homenagem que traz a este plenário. Cumprimento o Sr. Armando Pinto Fontoura, Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul; Sr. Carlos Lammel, Presidente do Sindicato de Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul – Sindimóveis, e também as demais autoridades presentes. Acrescentar ao que o senhor já trouxe de história que – incrível, a todos vocês que estão aqui e representam esta classe – como é importante essa intermediação para a conquista da casa própria, do lar. Todos nós temos experiências magníficas, as minhas são excelentes, as soluções encontradas, o que você tem ou o que não tem, buscar encontrar a sua vontade, aquele imóvel que está hipotecado ou que está com parcelas e juntá-lo com outro, então, acho que não é uma coisa simples. Sem essa mediação, sem essa criatividade, sem esse empenho, o que seria de nós para chegarmos à casa própria? Eu também tenho excelentes memórias de, quando jovem, procurar apartamento para morar

aqui e não querendo sair da Casa do Estudante, depois, quando casei, quer dizer, acho que é parte da história de todos nós o trabalho de vocês, e sabemos que há períodos em que vamos melhor, há outros em que a vida é muito dura, como este que estamos vivendo.

Então, a nossa bancada quer reconhecer este trabalho fundamental que trabalha com a dignidade humana, com o teto e com o piso que tem que acolher cada um e é direito de cada ser humano. Parabéns, que vocês tenham sempre muita gratificação com a profissão que escolheram, porque podem ter certeza de que o que fazem no cotidiano é nos trazer muita gratificação. Muito obrigada.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. Para concluir, eu só queria dizer que, para quem não conhece um pouquinho da história da nossa família, o meu avô, o meu pai, o meu irmão eram corretores de imóveis, a família toda de corretores de imóveis. E a gente sabe o que é o dia a dia, a labuta do corretor; como diz o ditado, a gente tem que matar um leão por dia. Então, nada mais justo do que, hoje, aqui, a Câmara Municipal e a cidade de Porto Alegre fazerem este registro importante. Como é bom a gente ver aqui o Sindicato ombreando junto com o Creci. A gente percebe que, em outras profissões, a integração do Conselho com o Sindicato fortalece sobremaneira as entidades. Eu citaria outras profissões, como os médicos, os engenheiros, que têm sindicatos fortes, que têm uma representação objetivando o benefício de toda uma categoria, Ver. Bernardino. Nós estamos aqui ombreando há mais de dez anos o Legislativo, tenho certeza de que tu vais concordar comigo: a unificação e fortalecimento da nossa categoria também está representado hoje, aqui, pela união da nossa classe. Nos tivemos um período em que esse entrosamento não era tão significativo – para não aprofundarmos muito aqui esse tema, hoje esta Sessão é comemorativa –, mas a gente sabe, a gente quer, temos um norte e acreditamos que muito foi feito, mas que muito mais ainda precisa ser feito – este é o grande desafio que nós queremos traçar.

Que bom que a Câmara Municipal entendeu de fazer este momento, para que pudéssemos fazer este registro – dia 27 é Dia do Corretor de Imóveis, esta é a Semana Municipal do Corretor de Imóveis. Pela atenção de todos, muito obrigado. Vida longa à nossa profissão e bons negócios a todos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Engº Comassetto assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Muito obrigado, Ver. Márcio Bins Ely.

O Sr. Carlos Lammel, Presidente do Sindicato de Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

O SR. CARLOS LAMMEL: Boa tarde a todos, saúdo, nesta Casa, na pessoa do Presidente Ver. Comassetto...

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Quero aqui aproveitar a sua fala e dizer que o nosso Presidente Ver. Cassio Trogildo, aqui presente, está com um problema na garganta e eu estou substituindo-o neste momento.

O SR. CARLOS LAMMEL: Eu tinha anotado o nome do Ver. Cassio, mas observei o seu exercício. Então eu saúdo o Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo, cumprimento também todos os Vereadores e demais autoridades presentes. Cumprimento o Presidente do Creci, Armando Fontoura e Márcio Bins Ely, os diretores do Sindimóveis e os conselheiros do Creci, as imobiliárias, as incorporadoras e as entidades parceiras, cumprimento todos os corretores de imóvel do Rio Grande do Sul e todos os presentes. Represento o Sindicato dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, o Sindimóveis, que foi reconhecido como uma entidade classe em 1945. Estamos com 71 anos de idade de representação e muito nos honra a Semana Municipal do Corretor de Imóveis, incluída no Calendário de Datas Comemorativas do Município de Porto Alegre, através da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. A profissão de corretor de imóveis está ligada intrinsecamente ao desenvolvimento da capital gaúcha. A população residente hoje na capital é de um milhão e meio de pessoas. O setor imobiliário tem grande importância no PIB local, gerando milhares de empregos diretos e indiretos. Os corretores de imóveis são profissionais que trabalham com um dos sonhos mais caros do ser humano: a casa própria. Além disso, eles têm um relevante papel social como empreendedores e motivadores da economia. Certamente a categoria conquistou, ao longo do tempo, mercê de sua atuação, o respeito e a credibilidade da sociedade e das

instituições porto-alegrenses. Ser corretor é plantar sementes, criar raízes e colher frutos de seu trabalho, é ajudar a transformar sonhos em realidade e ser grato por participar das conquistas de uma vida.

Persistência, dedicação e comprometimento com o trabalho são ingredientes essenciais para construir profissionais de sucesso.

Parabéns aos corretores e corretoras de imóveis de todo o Rio Grande do Sul. Parabéns a todos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Obrigado, Sr. Carlos Lammel.

O Sr. Armando Pinto da Fontoura, Presidente do Creci-RS, está com a palavra.

O SR. ARMANDO PINTO DA FONTOURA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que está bonito este plenário hoje, com bastante gente, realmente. É de emocionar este momento. Vejo colegas antigos aí, vejo colegas que nem estiveram hoje de manhã – acho que pelo frio – lá na Assembleia, mas agora, como o dia está propício, o pessoal saiu da cama e veio aqui na Câmara de Vereadores dando importância a esta solenidade. Muito bem, muito obrigado pela presença. Cito o colega Ver. Bernardino, também, que estava aqui até há pouquinho e deve ter saído para ir à casinha. Aqui está o Ver. Pujol, conhecido nosso antigo, e a Ver.^a Sofia Cavedon.

Quero dizer aos senhores que a corretagem é uma coisa muito importante e, com o tempo, vão se ajeitando e melhorando mais as nossas leis. Eu sou oriundo da Lei nº 4116, que é de 27 de agosto de 1962. Esta lei se tornou inconstitucional porque ela não tinha embasamento técnico para nos proteger. Daí essa lei foi considerada inconstitucional, e os corretores da época – Xavier, hoje também conosco lá, Rodi Pedro Borghetti, o Borghettão, esteve lá conosco hoje –, os mais antigos, lutaram para hoje nós estarmos no patamar que já estamos. As coisas vão mudando conforme, como se diz, “conforme o andar da carroça”. Até ontem, em 1962, para ser corretor de imóveis, qualquer pessoa ia ao Conselho, dizia que era corretor, pagava uma taxa lá e se inscrevia, não tinha nem a exigência de escolaridade. Hoje, já tem que ter o 2º Grau, e nós já estamos, Sr. Presidente, na iminência de fazer com que todo o corretor de imóveis precise ter, exatamente, curso superior. Então, nós vamos nivelar por cima cada vez

mais, a exemplo dos contadores e outros profissionais. Também a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil, que tinha na época e tem até hoje a prova de proficiência, nós também já tivemos uma época, em 2001, 2002, a prova de proficiência. O que selecionava mais o corretor. Porque, hoje em dia, as empresas, as escolas estão somente pensando em certificar o profissional e nunca em qualificar. E nós pensamos que o profissional tem que ser qualificado. Nós tivemos neste mês ainda, numa reunião dos diretores pedagógicos, em Maceió – cada estado tem um diretor pedagógico, mais o federal –, tentando mudar a lei para que seja o nível superior, realmente, obrigado por lei. Então, na verdade, tem que trocar a Lei nº 6.530 e mudar a escolaridade. Então, quero dizer com isso é que nós estamos mudando cada vez mais, nos aperfeiçoando, nos atualizando. Ainda há pouco, a repórter perguntou para mim qual seria a diferença do curso superior? Disse, é o ensinamento, é o conhecimento. Hoje em dia, o colega, o corretor, o aluno sai da escola, hoje em dia há cursos quase que por correspondência -, e ele pega a nossa casa para vender, pega a casa do senhor para vender, ele não tem o mínimo embasamento, nem sabe o que está fazendo lá naquela casa. E esse curso, hoje em dia, vai dar essa estabilidade. Nós também temos que ver que, hoje em dia, tem que fazer contrato. Então, com o curso superior, a gente também vai ver contratos. Que eu digo que o corretor, Ver. Engº Comassetto, ele é um misto de engenheiro, um misto de psicólogo e muito de advogado. Como que ele vai ler o contrato, vai discutir com o cliente, se ele não sabe nem ler o contrato? Então, ele tem que saber essas coisas. Isso é um embasamento escolar, de curso superior, que vai permitir esse tipo de aprendizado. Então, já que o nosso tempo está mais curto – e aproveito a presença de todos vocês aí – quero dizer que hoje, logo mais, estaremos nos reunindo lá na plenária comemorativa do nosso Conselho Regional, às 16h, ou seja, daqui a uma hora e dez minutos. Então, convido todos os senhores para o jantar de confraternização lá no CTG 35, na Churrascaria Roda de Carreta, logo mais, à noite.

Também gostaria, Sr. Presidente, se possível, neste momento, de entregar, ao nosso Presidente Márcio Bins Ely um mimo do nosso Conselho pela sua dedicação e pelas leis, ou seja, por tudo que tem feito, inclusive, por ter colocado, nesta Casa, um projeto de lei para que o corretor participe da escritura do imóvel, estando presente em cada momento. Muito obrigado a todos, parabéns pelo nosso dia. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Muito obrigado, Sr. Armando. Convido o Ver. Márcio Bins Ely a receber um mimo do Sr. Armando Pinto Fontoura.

(Procede-se à entrega do mimo.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Comunicações.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu os chamo de colegas, porque meu número de Creci é o nº 5.629 e eu já o tirei com atraso; comecei no mercado em 1976.

O Márcio fazia um relato do início da profissão e da importância, e os mais antigos sabem e vão me entender perfeitamente: até uns anos atrás, o corretor de imóveis tinha o seu trabalho basicamente restrito à aproximação de comprador e vendedor, com isso estava garantida a comissão. Os anos se passaram, as coisas evoluíram e, hoje, Ver. Tarciso, há claramente uma obrigação, civil e criminal, na profissão, envolvendo as obrigações dos corretores de imóveis. Já é uma evolução. Eu, há muito tempo, defendo uma tese de que o comprador do imóvel – e espero que milhares de pessoas estejam nos assistindo, porque aqui fala alguém que tem experiência de alguns anos – não deve sair procurando imóveis; primeiro encontre um corretor de imóveis e diga qual é o imóvel que busca, e o corretor é que vai procurar. É um equívoco nós – quando digo nós, é a sociedade – nos basearmos no jornal, enfim, muitas vezes perdermos tempo, quando nós sabemos que encontramos pessoas de todas as profissões nas nossas relações e de nossa confiança. Tu não buscas um advogado simplesmente pela placa; quando precisas de advogado, quando precisamos de algum profissional, buscamos aquele que nos é conhecido. Com o corretor de imóveis é na mesma linha. Eu, quando negocio imóveis, compro ou vendo, procuro colegas, porque, na condição de Vereador, fico sabendo, não paro de receber ligações, então é assim que eu tenho feito.

Eu vou fazer um relato para vocês aqui: eu fui fundador da Imobiliária Gaúcha, em 1983, juntamente com o Sidnei. Passaram-se uns anos, nós desfizemos a sociedade, eu fiquei com a Casa dos Síndicos, que há poucos dias completou 25 anos de atividades, especialmente em Canoas, mas há muitos anos eu migrei para a área de administração

de condomínios – e isso não é demérito àqueles que fazem locações e administração em vendas. Há uns anos, Tarciso e prezados colegas, administrar condomínio era uma barbada; hoje, poucas pessoas sabem a complexidade que é administrar condomínios – a complexidade! –, a responsabilidade solidária e subsidiária que os governos nos impuseram é grande – aí eu me coloco no lugar do tomador de serviço, que é o condomínio.

Então estamos hoje com um trabalho muito complexo, e por isso, evidentemente, acabamos ficando esses anos todos, e doravante vamos ficar exclusivamente no trabalho de administração de condomínios. E é interessante, porque eu comecei a minha atividade no ramo e depois fui para a Petrobras, passei num concurso e fiquei oito anos lá. No quarto ano, nós montamos uma administradora – isso é importante relatar, não é por promoção, não vou nem citar o nome da atual. Nós vivíamos, lá atrás, um momento muito difícil, Ver. Comassetto, que era a inflação, e eu era síndico de um condomínio grande no Alto Teresópolis, com 992 apartamentos e bronqueei lá com a imobiliária, o que não é uma novidade, os Vereadores vão ficar rindo aqui, porque eu queria uma conta específica no banco. A imobiliária não me deu, eu abri uma imobiliária e botei numa conta específica o condomínio. Nós pagávamos a folha de pagamento dos funcionários com aplicação, *overnight*, enfim; então acabamos nos especializando em administração de grandes condomínios.

Passados quatro anos, eu tive que fazer uma opção: ou seguia lá na Refap, ou tocava os negócios, porque não foi mais possível conciliar as duas coisas. Em 1986, pedi demissão exatamente no dia em que completei oito anos lá. Eu estou arrependido, é uma profissão de que eu gosto muito e eu elogio muito os senhores que trabalham especificamente com venda. O Márcio disse aqui que mata um leão por dia. E é verdade, porque não é fácil. Às vezes as pessoas saem buscando um imóvel sem as mínimas condições, e o profissional fica com uma certa limitação de fazer uma entrevista com mais profundidade e se perde uma barbaridade de tempo e, quando se vai ver, a pessoa não tem condições de comprar, tem vontade, mas não tem condições. Então é um trabalho muito interessante, é um trabalho que hoje, cada vez mais, estamos vendo a valorização, mas temos que insistir. Eu sou a favor da exclusividade e sou a favor de que tem que se defender eternamente esse comportamento. Se quer comprar um imóvel, procura um profissional,

porque ele vai te assessorar. Esse profissional vai buscar o imóvel dentro das condições que você tem e que você quer.

Parabéns a todos os corretores lá da diretoria do Creci, do Sindimóveis, e um elogio também, seguindo a orientação da conversa do Márcio. Que bom que vocês estão juntos. Juntos seremos mais fortes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, senhores convidados, representantes dessa categoria profissional que reúne os corretores de imóveis, todos sabem que eu sou altamente suspeito para me referir aos corretores de imóveis. Eu devo, entre outras coisas, a minha formação profissional a um homem, Ivo Pujol, que foi fundador do Creci e que, evidentemente, me permitia as primeiras atividades profissionais, como um bico que eu realizava para poder pagar a faculdade que estava cursando. Isso me dá suspeição absoluta. Entender que essa categoria é valiosa é, de certa maneira, festejar o meu êxito em uma gratidão póstuma ao meu pai. Se isso não for suficiente – mas é, Ver. Tarciso –, eu quero, Ver. Bernardino, acentuar uma característica que, para mim, é fundamental. Eu me lembro da luta dos corretores de imóveis na busca pela regularização. Nós, aqui na Casa, até temos nos envolvido com o processo que busca uma regularização de uma atividade que, até hoje, não é regular.

O que eu dizia, há 40 anos? Que as atividades dignas, que não eram perniciosas, que não eram vedadas pela lei, tinham que ser regularizadas, porque nada existe de mais equivocado numa sociedade democrática do que a ausência de uma legislação adequada. Pode, às vezes, que a lei não seja a melhor, que a gente não concorde com ela, Ver. Bernardino – V. Exa., com frequência, discorda da lei, mas também aprendeu que a gente discorda, tenta mudar, e, quando não consegue, respeita, não tem outra alternativa. Isso caracteriza, de certa maneira, a grande luta da categoria, da qual o meu saudoso pai foi um dos integrantes.

Hoje, quando, pela iniciativa do Ver. Márcio Bins Ely, intimamente vinculado com a categoria, a Casa presta a sua homenagem neste período especial em que a Semana do

Corretor de Imóveis é realizada, a minha ausência da tribuna seria uma omissão imperdoável. Tanto que eu tenho um compromisso muito sério, mas mandei avisar as pessoas que concordaram em atrasar 15 minutos e depois 30 minutos, e mandei dizer que atraso o necessário, porque não posso deixar de vir à tribuna e saudar os corretores para dizer do meu respeito, admiração e gratidão a todos os senhores que labutam, especialmente, na liderança da categoria. Saibam que aqui tem um aliado permanente e absolutamente consciente de que outro não poderia ser o seu caminho, se não estar ao lado de vocês para, cada vez mais, valorizar essa categoria tão benfazeja da qual o meu saudoso pai foi um dos integrantes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Este é um momento extremamente importante, Ver. Bins Ely, para discutirmos a cidade. Imaginem se não tivéssemos o corretor de imóveis, assim como alguns outros profissionais, como o arquiteto que hoje tem o seu conselho específico, como o engenheiro e outros profissionais do urbanismo. O que seriam as nossas cidades que hoje estão em um processo profundo de desregramento. Às vezes, vejo um corretor de imóvel que deve estar ávido para vender um imóvel, mas tem a burocracia da Prefeitura e do Corpo de Bombeiros. Uma burocracia inaceitável! Porque se espera meses e meses para liberar um habite-se, e aí daquele que construir um centímetro a mais, porque alguém resolveu levar uma escala e, com alguns elementos milimétricos, viu que algum tijolo está fora de ordem. Eu presenciei um caso, em Pelotas, de um sujeito que restaurou um prédio histórico, Ver. Engº Comassetto, e que, olhando de fora não se via absolutamente nada na parte superior, mas alguém disse que a churrasqueira estava desnaturando a obra. Eu acabei conhecendo a pessoa e disse que podia indicar e dar elementos – eu havia acabado de ler um livro de uma argentina maravilhosa, a Beatriz Sarlo, que falava exatamente sobre esse tema. E eu mesmo fiz aqui em Porto Alegre, junto ao Epahc. Eu já estou dizendo: estou estudando uma ação, contra servidores do Epahc, por prevaricação. Vocês sabem o que é prevaricação? É uma pessoa que usa o cargo público em benefício próprio. “Ah,

mas você está acusando! Essa pessoa roubou?” Não, não estou dizendo isso. Mas está usando em benefício de alguém. Estou fazendo essa discussão porque os senhores são, muitas vezes, prejudicados pela burocracia.

O Corpo de Bombeiros, algumas vezes, não está preparado para essa nova legislação, não é culpa dos bombeiros. É culpa da legislação que é errada. Nós tínhamos uma legislação que, antes da Boate Kiss – perdoem-me, senhores, foi uma tragédia impressionante –, resolvia o problema. E no afã de dar uma resposta, nós fomos criando burocracias. Está em debate, sim, Ver. Bernardino, uma nova modificação.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) V. Exa. está trazendo um assunto que eu não poderia deixar de acrescentar. Nessa situação eu quero incluir que, em Canoas, a AES Sul, que tem sede em São Leopoldo, mas aceita encaminhamento de projeto somente pelo correio e que o número de telefone fornecido pela própria empresa, para informações, não existe; sem contar outras situações. Então, a Justiça tem razão.

O SR. ADELI SELL: Procon neles! Delegacia do Consumidor neles! Eu não me calo, nunca me calarei. Quero me colocar à disposição, como sempre, nessa árdua batalha contra a burocracia, porque os senhores são profissionais altamente prejudicados, como também, sem dúvida nenhuma, é a imobiliária. Portanto, se eu estou aqui dizendo isso para os corretores de imóveis, podia dizer também para o Secovi/Agademi, para o Sindimoveis, eu posso dizer, porque, na verdade, essas entidades são imbricadas, e eu acho que nós temos que levar um duro combate para que a gente consiga desburocratizar o Estado Brasileiro. Os senhores têm que se rebelar; eu quero me rebelar, estou me rebelando com essas coisas erradas. Então, estou aproveitando a homenagem ao corretor de imóveis, homenageando os corretores de imóveis, dizendo que nós temos que fazer uma corrente de muita força, muita determinação para estarmos juntos, para acabar com essa burocracia, e alguns servidores – não é a maioria, não – alguns que se utilizam de um espaço público para apresentar dificuldades, para vender facilidades. Isso tem que acabar; isso vai acabar. E aqui não se trata de uma disputa político-partidária e muito menos eleitoral, nesse momento pré-eleitoral. Isso é um

problema da burocracia estatal, porque passa governo, entra governo e os governantes não têm coragem de fazer modificações.

Eu concludo, para dizer que muitos imóveis não vão ser vendidos nem alugados, porque a Cidade está tomada de moradores de rua na frente de edifícios, de pirataria, de contrabando, vendas de tudo quanto é bugigangas, está um caos. Tem que mudar, vai mudar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero cumprimentar o Creci, o Sindicato, e quero fazer essa reflexão em dois sentidos. Primeiro, dialogar com os senhores, aqui, temas que temos debatido todos os dias nesta Casa que dizem respeito à política pública municipal, e que acredito que temos que enfrentá-la e corrigi-la. E, segundo, vou me referir mais ao tema da homenagem e do valor que cada um dos senhores e as senhoras exercem na sociedade. Eu que venho do campo da engenharia, que temos uma relação tudo a ver com a parte da produção dos imóveis e a produção do território, planejamento do território, eu tenho trazido esse debate permanentemente ao microfone desta Casa. Quero dizer que um dos temas que nós precisamos enfrentar em Porto Alegre é o da reforma urbana. A reforma urbana é necessária para que possa haver a revitalização das cidades. Nós temos hoje, no Centro Histórico de Porto Alegre, aproximadamente 40 edifícios que estão fechados, onde poderia ter pessoas morando. Eles poderiam ser revitalizados, para que dessem vida à Cidade e para que nós não precisássemos fazer a cidade crescer para além da periferia urbana, o que ocasiona um custo para toda a sociedade. Imaginem se naqueles edifícios que estão fechados ali no Centro – começando pelo Esqueletão, que nunca foi acabado, só ele dá 120 apartamentos – se colocassem as pessoas para morar. Os trabalhadores dos bares e restaurantes, que poderiam trabalhar à noite e estar próximos à sua casa; os que ingressam na Brigada Militar e não têm condições de adquirir o seu imóvel.

Nós temos, em Porto Alegre, 750 vilas irregulares, o que significa quase 50% da cidade real. Os senhores e as senhoras sabem a dificuldade que é quando querem vender um imóvel desses, querem transferir. Não conseguem, porque não tem escritura, não tem parcelamento do solo, não tem habite-se e, por sua vez, não tem financiamento. Isso acaba trazendo um prejuízo fantástico para Porto Alegre e para a profissão dos senhores. A reforma urbana, a regularização fundiária, a aplicação do Estatuto da Cidade, para que os vazios urbanos possam ser transformados em habitação, tudo está diretamente relacionado com esse tema.

Por último, Ver. Adeli, tenho uma pequena discordância do senhor. Entendo que agora é o momento de nós fazermos o debate de como nós corrigimos a burocracia, porque, quando se tem vontade política e metodologia, se transforma a administração. É inconcebível que um loteamento leve quatro anos para ter seu projeto aprovado em Porto Alegre. Eu já disse inúmeras vezes aqui na tribuna que os nossos colegas arquitetos e engenheiros recém-formados pegam a casa do tio, do primo para regularizar para regularizar, e ficam dois, três anos e não conseguem fazer o projeto andar. Vão embora de Porto Alegre, são demitidos da família como incompetentes. Isso tem que deixar de acontecer, e agora é o momento de fazermos esse debate, essa análise. E falo isso com tranquilidade para podermos debater, analisar, verificar como superamos – aqui é a Casa da análise, da divergência. Nesta homenagem aos corretores, dizer que o corretor adquiriu um status profissional em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil, porque, antigamente, vinham com aquela pecha do cara que só queria vender. Hoje é diferente: o profissional vai lá, pega o imóvel, analisa. E quero fazer uma homenagem aqui a dois amigos meus, o Sr. Brasil, lá da Canadense, e o Sr. Martins, que me vendeu a casa e o sítio onde eu moro há 15 anos. Financei, terminei de pagar e o Sr. Martins fez a maior composição para mim: pegou a camioneta, viu o dinheiro que eu tinha, organizou, discutiu com a proprietária, dizendo-lhe que eu queria para morar e preservar aquele sítio, facilitou a negociação. Ele entrou para a nossa vida familiar e eu tenho algo que é um sonho, e é fantástico, porque hoje eu não conseguiria comprar aquilo que comprei há 15 anos, e que teve uma valorização de 300% nesse último período por conta da própria qualidade daquele imóvel. Esse imóvel estava num zoneamento rural, que depois veio a ser rururbano. Quero aqui trazer, na pessoa desses dois amigos, a homenagem que o Márcio propõe a todos os homens e mulheres que trabalham nessa profissão de auxiliar as

famílias a encontrarem a sua felicidade. Um grande abraço, boa luta, e homenagem merecida a todos os senhores e senhoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): Muito obrigado, Ver. Comassetto. Já que o senhor tocou na questão do seu sítio, até já falei em outro discurso no Creci, mas acho interessante, porque, hoje, casualmente recebi aquela conversa do Olavo Bilac, que foi abordado por um comerciante de rua que lhe perguntou: “Senhor Bilac, estou precisando vender o meu sítio, será que poderias redigir um anúncio de jornal para o meu sítio”. Daí o Olavo Bilac escreveu: “Vende-se encantadora propriedade, onde cantam os pássaros ao amanhecer no extenso arvoredo, cortada por cristalinas e marejantes águas de um ribeirão. A casa, banhada pelo sol nascente, oferece a sombra tranquila das tardes na varanda”. Meses depois, topa o poeta com o homem e lhe pergunta: “E aí, vendeu o sitio?” Às vezes não descobrimos as coisas boas que temos conosco e vamos longe, atrás de miragens e falsos tesouros. O que respondeu o proprietário do sítio? “Nem penso mais nisso! Quando li o anúncio é que percebi a maravilha que tinha nas mãos.” A gente tem que valorizar o que tem.

O Vereador acabou de dizer que hoje talvez não tivesse dinheiro para comprar. Que bom que o corretor de imóveis intermediou e tu compraste naquela oportunidade. Então, fica aqui a homenagem aos corretores. Obrigado pela presença de todos.

(O Ver. Eng^o Comassetto reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Eng^o Comassetto): Concluindo esta homenagem, Ver. Márcio Bins Ely, esse anúncio do Olavo Bilac é exatamente meu sítio. Hoje, pela manhã, eu acordei com as aracuãs e as saracuras cantando ao lado de casa, e com os bugios passando – há uma família de primatas bugios que vivem naquela região do Lami. Há poucos minutos recebi uma foto das minhas filhas. Eu plantei, no jardim do sítio, moranguinhos, e minhas filhas – uma com sete e outra com dez anos – colheram os primeiros moranguinhos e me mandaram uma foto.

Agradeço ao Ver. Márcio Bins Ely por propor essa homenagem e agradeço a presença das senhoras e dos senhores, do Sr. Carlos Lammel, do Miguel Pellegrini, Secretário do

Creci-RS, e do Armando Pinto Fontoura, Presidente do Creci-RS. Sucesso a todos os senhores. Damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h20min.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): (15h21min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Engº Comassetto, eu venho anunciar, aos meus colegas Vereadores e ao povo de Porto Alegre, a falência da EPTC. Sim, a EPTC faliu definitivamente. Hoje, mandei para o Prefeito José Fortunati algumas fotos de um caso que já foi demandado, em torno de 20 vezes, aos agentes de fiscalização da EPTC e nada foi feito. Este caso é típico de um desrespeito ao uso do espaço público: a calçada tomada por automóveis em frente a um estabelecimento, que deve ter uma benesse incrível porque todas as fotos são claríssimas; e nada é feito. Portanto, está decretada a falência da EPTC.

Nesta semana, inúmeras pessoas se queixaram das linhas de ônibus T7 e T5, nada foi feito, tudo continua igual! Os ônibus da linha Auxiliadora, 510, Ver. Comassetto, estão sujos, imundos, há vários e vários dias, não foram limpos, os ônibus estão uma tragédia, nada foi feito, portanto está decretada a falência da EPTC. O Centro de Porto Alegre está tomado por caixas de frutas por onde passam cadeiras de rodas, onde está o respeito? Onde está a dignidade humana? Um agente de fiscalização da EPTC estava ali para observar, como vi em uma rua, um sujeito tem uma placa de carga e descarga, e o agente pressionando um pobre coitado que entregava mercadorias num bar para tirar o carro, porque não poderia ficar ali. Mas se está escrito? Eu vi! Mas, em cima da calçada, em frente a um cartório importante da Cidade, pode ficar! As caixas de frutas, por onde passam cadeirantes, pode ficar! O agente não vê! A EPTC não faz nada, absolutamente nada! Para que serve? Falida! Falida está, e deve ser dito! Não se trata de botar este ou aquele, o sistema EPTC está falido! Decretada sua falência! Tem que mudar!

Nós hoje estamos discutindo várias formas de organização e reorganização do serviço público. A Guarda Municipal tem um debate enviesado, inclusive, como tudo é enviesado

ultimamente neste Governo sobre a sua unificação. Como nós vamos resolver o problema dos guardas que têm uma especificidade, que ficam em área de conturbação inclusive sonora, em estações do DMAE, outros que estão cuidando de condomínios do DEMHAB contra ocupações, etc. e tal, têm funções diferenciadas, não tem carreira. Na Brigada Militar você entra como soldado, depois você vai subindo uma escadinha. A Guarda Municipal não tem, se o sujeito entrou guarda, sai guarda. Qual é a motivação? O mesmo é a discussão sobre a unificação da fiscalização – que sou favorável – mas de que forma? Qual é o desenho? Não tem desenho! Não se planeja, não se discute, não se faz nada, é a Deus dar. A gente abre o jornal: “Corrupção na FASC”; abre o jornal: “Corrupção no DEP”; abre o jornal: lambança. Mas o que é isso? Onde nós estamos? A Cidade precisa avançar, precisa ir para frente. E o 4º Distrito? As manchetes são muito bonitas, mas as ações concretas do 4º Distrito eu não estou vendo. Ver. Cleiton, onde estão as ações concretas? Nós precisamos vê-las para interagir. Agora está chegando o Orçamento. Vamos ao bom debate. Aqui não se trata de Gre-Nal, até porque, entre Grêmio e Internacional, ainda existe o Zequinha. Então vamos fazer uma política de bom debate, de boa discussão sobre os temas que aqui apresento em nome da minha bancada. Falei em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Obrigado, Ver. Adeli Sell.

O Sr. Tarciso Flecha Negra (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Pedro Américo Leal, pai da colega Ver.^a Mônica Leal, que entre tantas funções foi Secretário de Segurança, Chefe de Polícia, Diretor da Escola de Polícia, Presidente da Cruz Vermelha, e nosso colega por muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Passamos á

PAUTA ESPECIAL

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. CLAUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós recebemos, na semana passada, aqui nesta Casa, no Colégio de Líderes, das mãos do Prefeito de Porto Alegre, do Secretário da Fazenda e de membros do Governo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para a cidade de Porto Alegre. A Lei de Diretrizes traz algumas metas do município de Porto Alegre. Acho que esta Casa tem que se debruçar em cima do Orçamento e pegar principalmente as verbas destinadas para publicidade, propaganda, pegar o orçamento que a Empresa Pública de Transportes e Circulação arrecada com as multas em Porto Alegre. E são muitas multas; hoje a EPTC fez uma barreira aqui, amanhã inteira, na saída da Câmara e arrecadou muito. Eu contribuí, V. Exa. também, vários contribuíram. A EPTC tem feito isso diariamente em várias ruas de Porto Alegre, sem contar com a quantidade de pardais faturadores e exploradores que têm nesta Cidade, a quantidade de Área Azul, a quantidade de exploração de estacionamentos que têm em Porto Alegre. Então, eu acho que todo esse recurso oriundo de outras faturas da EPTC... Porque a EPTC gerencia o transporte coletivo de passageiros, nos lotações e ônibus, gerencia a propaganda nesses transportes de passageiros, gerencia uma série de coisas, pois são arrecadadas taxas, pela EPTC, sobre tudo o que é feito no sistema de transporte viário e nas vias de Porto Alegre. A EPTC, agora, tende a encaminhar, pela maioria maciça dos membros desta Casa e pelo relatório que foi aprovado pela Reunião Conjunta das Comissões, a liberação total sem

regra nenhuma dos aplicativos que tendem a faturar através de duas taxas, portanto, a EPTC pode muito bem contribuir para a saúde de Porto Alegre. Eu acho que é uma prioridade na vida das pessoas a questão da saúde. É muito cômodo, para um governo, seja ele qual for, no Município de Porto Alegre, dizer que a questão da saúde, assim como a questão da segurança, é de responsabilidade do Estado e da União. É uma questão muito confortável para o Governo dizer isso. Fica confortável demais para um governo ficar passando a bola e não procurar saída e solução. Cabe a um governo ter criatividade e procurar soluções para os problemas da população. Nós temos nove candidatos para Prefeito de Porto Alegre. Nove pessoas dizendo que têm soluções para a cidade de Porto Alegre. Nenhum deles diz que o problema da saúde, da segurança e da educação são problemas da União. Nenhum dos nove diz que isso é problema do Estado. Nenhum dos nove diz que depende do Estado e da União para resolver os problemas de saúde e educação. Nenhum dos nove falou que existe nesta Casa a LDO, mas, a partir de sexta-feira, vão apresentar para a população de Porto Alegre soluções para a saúde, educação e segurança, soluções para o transporte de Porto Alegre. Aí, depois de 1º de janeiro, vão dizer que dependem da União e dependem do Estado para resolver estes problemas.

Eu acho que nós, Vereadores, temos que nos debruçar na LDO, até porque esta Casa aprovou a escola de tempo integral. Tempo não é turno. Eu trabalhei muito tempo na minha vida na construção civil, na metalurgia e no comércio, em turnos. Turno é turno: seis, oito, doze horas. Tempo é tempo. E nós aprovamos nesta Casa, pela maioria dos Vereadores, a escola de tempo integral, não turno – tempo. Por tempo, compreende-se entrada e saída de uma jornada só, não turno. Nós aprovamos nesta Casa uma escola onde as crianças entram de manhã e saem no final da tarde, ininterruptamente. Esta Casa aprovou isto, onde o programa de governo vai dar educação, saúde, cidadania, alimentação para as crianças em Porto Alegre.

Esta Casa, pela maioria dos seus membros – pela grande maioria dos seus membros, por 30 votos, aprovou a abertura dos postos de saúde por 24 horas. E quem está disputando a Prefeitura de Porto Alegre sabe que tem que executar. Então, não adianta vir depois, em janeiro, dizer que depende da União e do Estado. Depende do que está entrando nesta Casa na LDO; depende de pegar dinheiro de publicidade e propaganda, pegar dinheiro de taxas, impostos e multas; pegar dinheiro arrecadatório da EPTC; pegar dinheiro da publicidade de ônibus e lotação; pegar dinheiro desse novo modal de

transporte que estão enfiando “goela a baixo” da população ainda destina esses dois quesitos; e outro é a Segurança pública. A população não aguenta mais, não aguenta mesmo. Abre-se o jornal, diariamente, e se vê milhões e milhões saindo pelo ralo nas empresas públicas. Esta Casa aprovou uma agência reguladora, esta Casa, por sua ampla maioria de votos, aprovou que houvesse um controle público e da população de Porto Alegre das suas empresas públicas, nos seus serviços de concessão. Depois, foi vetado. E agora a gente vê, semanalmente, porque foi vetado, são milhões e milhões. E se esta Casa tivesse o controle que se pediu desses gestores públicos que tivessem passado por esta Casa, nós não iríamos ver pessoas que dilapidaram o dinheiro público numa instituição, depois ir para outra e dilapidar o dinheiro público nessa outra instituição. Então, que o futuro governo, seja ele qual for, que vier a governar a Cidade no ano que vem, que ele inicie a LDO, que nós devemos nos debruçar na LDO, se quisermos ter uma Cidade melhor, no ano que vem, para a população de Porto Alegre nesses três principais temas: saúde, segurança e educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Delegado Cleiton; meus colegas Vereadores e Vereadoras, prezados ouvintes, eu tenho vindo aqui, ao longo desses três mandatos, sempre fazer o debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos. E dizer que considero este momento um dos momentos mais importantes da cidade de Porto Alegre. Agora, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e mesmo o Orçamento, considero que não são levados a sério por esta Casa, porque as diretrizes, que aqui são apresentadas, são aprovadas. Não é apresentada aqui uma prestação de contas do que foi feito, realizado, com relação a essas diretrizes. Nós acabamos de ter uma pesquisa do IBOPE sobre Porto Alegre, que saiu ontem, foi anunciada ontem, onde 63% da população rejeitam, neste momento, o modo de governar do Prefeito Fortunati e de seu Vice, Sebastião Melo, – 63%, pesquisa anunciada ontem. Eu quero fazer a análise pautada nesses dados e dialogar com a população. Vejam só, a LDO, trazida aqui pelo Governo, apresenta, como as definições do Orçamento Participativo, a eleição das prioridades na

seguinte ordem: a primeira delas a habitação. Muito bem, se habitação é prioritária, assim como foi na LDO passada, nós estamos encerrando a gestão Fortunati/Melo com, nada mais, nada menos, de 70 comunidades com ação de despejo e reintegração na cidade de Porto Alegre. Muitas delas promovidas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Aqui, nós temos que fazer a reflexão, 70 comunidades, isso são 25 mil famílias que não têm onde morar. Ver. Delegado Cleiton, o senhor, juntamente comigo e o Ver. Janta e muitos outros que compõem a CUTHAB, temos recebido, semanalmente, essas comunidades, que recorrem a esta Casa, pedindo socorro. Bom, na habitação, nos oito anos do programa Minha Casa, Minha Vida, foram entregues três mil unidades habitacionais, e a maioria delas foi na gestão, sim, em que o Ver. Dr. Goulart foi Secretário do DEMHAB. Bem, tem divergência, o Ver. Bosco diz que tem divergência, é salutar ter divergência, mas eu quero dizer que, no Minha Casa, Minha Vida, bastava que se apresentassem projetos, que o dinheiro vinha. Agora, já não vem mais; o Temer já está fechando as torneiras. Quantas casas foram construídas nesse período? Três mil unidades habitacionais! Isso é uma vergonha, porque é a capital que menos construiu casas de interesse social dentre as capitais brasileiras. Canos, que é nossa vizinha, construiu 15 mil unidades habitacionais de interesse social – 15 mil! Por que Porto Alegre construiu só 3 mil? Há projetos apresentados, intenção para mais 18 mil.

Segundo, a cultura, Ver. João Bosco, o senhor, que é um homem da cultura e que participa das escolas de samba, dos clubes, dos centros culturais: a descentralização da cultura deixou de existir, de fazer o resgate daquela juventude que se apresenta, das diversas expressões culturais, como o *hip-hop*, o *reggae*, e outros como poesia, arte, teatro, para os quais havia recurso para a descentralização, era pouco, mas R\$ 5 mil numa comunidade da periferia, como a Restinga, Morro da Conceição ou Rubem Berta, faz a festa sob o ponto de vista da inserção daquela juventude numa atividade cultural, Ver. Dr. Goulart, o senhor, que também é letrista, tem várias contribuições para o carnaval. Portanto, Ver. Cleiton, nós, que desfilamos sempre, junto com demais colegas, em várias escolas, participamos do debate, e o que nos cobram lá é por que não recebem recursos para ajudar as comunidades a fazer programas sociais. É o segundo item que está aqui como prioridade.

O terceiro item é saneamento básico urbano do DEP. Desculpem, não sou eu que estou dizendo, a imprensa divulgou os roubos que houve no DEP, e aí quero registrar aqui para

os senhores: o antigo diretor, que foi demitido há poucos dias, está concorrendo a Vereador, agora, o Tarso Boelter. Vou relatar, porque quero que a população saiba: ontem fui numa comunidade irregular, lá no Extremo-Sul da Cidade, irregular, com um valão no meio; esse diretor do DEP foi lá e fechou toda a comunidade, dizendo que vai resolver o problema de saneamento naquela comunidade irregular. Foi diretor, as corrupções todas aconteceram, e agora se candidata e vai lá. Nem sei se poderia ser candidato, se tivesse vergonha na cara, não seria. Ou então é o terceiro item que está aqui: saneamento básico urbano. Mas no saneamento básico urbano, do DEP, foram destinados, lá para o Albion, R\$ 14 milhões para fazer o saneamento neste último período. Está lá o canal que começaram e não terminaram. Por isso não podem ser regularizadas aquelas cinco mil famílias que lá existem. Tem que prestar contas disso para dizer que o DEP é a terceira prioridade.

Saúde é a quarta prioridade. A saúde comunitária, dos postos de saúde da família junto com as equipes integradas, com assistentes sociais, com as agentes de saúde que caminham de comunidade a comunidade, no último período foi salva pelo programa Mais Médicos. E no que se refere ao programa Mais Médicos, o atual governo ilegítimo do Temer não assinou a renovação até o momento. De Porto Alegre já saíram 17 médicos do programa Saúde da Família e tem mais 19 para saírem nos próximos dias. Os hospitais de Porto Alegre, o Hospital Presidente Vargas, o próprio Hospital da Restinga não recebem o dinheiro do Governo do Estado, do Governo Sartori, que tem que contribuir com o Município, que atendia 37% de pessoas de fora de Porto Alegre. Esse número subiu para 60% agora. Como é que Porto Alegre vai suportar a saúde do Rio Grande do Sul se o Governo do Estado não cumprir com o seu compromisso? Isso nós temos que debater aqui na LDO, que é a quarta prioridade.

A educação básica é a quinta prioridade. Na educação básica, a Secretária Cleci construiu um convênio com o Governo da Presidente Dilma, trouxe para Porto Alegre 33 escolas de educação infantil e está construindo essas 33 escolas em todo o Município de Porto Alegre, o que é um belo projeto. Bom, aqui tenho que bater palmas para o tema educação, porque, quando a gente reconhece que há trabalhos benfeitos, tem que dizer. Agora, quando tem falhas, a gente tem que dizer aqui. E esse é o meu papel, respeitando os colegas Vereadores. Bom, estou na oposição para fazer isso, tenho a liberdade para dizer isso, falar isso e poder trazer para cá o debate. E nós estamos debatendo esse

projeto, que é o mais importante, no meu ponto de vista, a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o próprio Orçamento.

Por falar nisso, Ver. Cláudio Janta, o senhor sabe quanto foi executado do atual Orçamento, que nós aprovamos no ano passado, em investimento em Porto Alegre? Foi executado, até o momento, menos de 25% do Orçamento! Perguntem qual obra do Orçamento Participativo foi executada agora, em 2016, do Plano de Investimentos de 2014-2015. Perguntem qual foi executada. Nenhuma! O Ver. Goulart me ajuda dizendo que nenhuma foi executada.

O sétimo é assistência social. Eu convido a população de Porto Alegre a passar embaixo do Viaduto Otávio Rocha. Acho que a TVCâmara deveria fazer um programa a respeito. Façam uma filmagem e coloquem para a cidade de Porto Alegre. O Viaduto Otávio Rocha, que sempre foi – e continua sendo! – um cartão postal da cidade de Porto Alegre, mostra a degradação social da cidade de Porto Alegre. Nós temos mais de 100 moradores – homens, mulheres e crianças – acampados embaixo do Viaduto Otávio Rocha, fazendo todas as suas necessidades. Não se consegue andar ali. Bem, isso é resultado de um trabalho da assistência social, ou melhor, resultado da falta de um trabalho da assistência social. Então a assistência social é um dos dez itens principais.

Para concluir, falo sobre o desenvolvimento econômico. Nós temos 750 comunidades irregulares. Ver. João Bosco Vaz, ontem, fui até Lageado conversar com a comunidade. Nós aprovamos, no Plano Diretor de 2010, que a SMURB já teria que ter regularizado o que é e o que não é urbano, para poder regularizar aquela região: Lageado, Boa Vista, Jardim Floresta, Extrema. Não apareceram lá até hoje! Nós aprovamos, aqui, no Plano Diretor de 2010. Aqueles mercados que lá estão não têm habite-se, não têm alvará, estão irregulares, não contribuindo com os cofres públicos e nem com o desenvolvimento econômico, como deveria ser.

Agradeço o debate com os colegas sobre o tema e digo que, para mim, é muito salutar nós discutirmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias da cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Eng^o Comassetto reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, falar tudo o que o Ver. Comassetto falou, seria impossível, porque nosso colega tem um conhecimento enciclopédico da Cidade. Mas eu gostaria de falar do orçamento, sobre a primeira queixa, que é a falta de habitação. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em 2017, é a primeira prioridade. Estamos acostumados como primeira prioridade dos moradores sendo a saúde, a segurança e, nesse caso, na LDO, é a habitação.

Como eu tive durante quatro anos desempenhando uma função no DEMHAB, posso responder para o Ver. Comassetto o motivo pelo qual o Minha Casa, Minha Vida não foi para frente. É bem verdade que conseguimos fazer quase três mil moradias no Minha Casa, Minha Vida, e foi o último grande movimento nesses dez, 20 anos em que muitas pessoas foram atendidas em Porto Alegre. Acontecia muito na época do Pujol, do Zanella. Depois não aconteceu mais. Por sorte, aconteceu na nossa gestão, porque surgiu esse programa. Além do PIEC e do Pisa, que são programas internacionais junto com a Prefeitura, fizeram algumas centenas, mas milhares foram através do Minha Casa, Minha Vida; programa federal e da Prefeitura. O primeiro motivo pelo qual não continuou se fazendo nos últimos três meses em que eu trabalhei e nos últimos quatro anos que tem sido trabalhado no DEMHAB, foi porque os empresários não queriam construir pelo pouco dinheiro que o Governo Federal pagava por uma habitação. E a Prefeitura não dava nenhum recurso. Assim era indesejável o valor pelos construtores, que fugiram, não se interessavam mais. Uma firma quebrou lá na Bento Gonçalves, outra abandonou na Vila Dique, e nem sei se cobraram as multas pertinentes, e tiveram que fazer outra licitação. Isso tudo foi muito atrapalhado por causa do valor, do preço muito pouco, logo, nós temos que deixar neste Orçamento algum valor para que a Prefeitura também ajude a pagar o Minha Casa, Minha Vida, que é pago com um valor muito pequeno pelo Federal, muito pequeno. Então, talvez, a Prefeitura tenha que dar algum valor para ser atrativo pelos construtores.

O Sr. Engº Comassetto V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu vou contribuir daqui mesmo do exercício da Presidência. O Minha Casa, Minha Vida para

Porto Alegre foi reajustado, agora é R\$ 88 mil por unidade habitacional, neste momento. Pode complementar.

O SR. DR. GOULART: Na nossa época era R\$ 42 mil.

O Sr. Engº Comassetto: Depois R\$ 56, depois R\$ 64 e agora para R\$ 88 mil.

O SR. DR. GOULART: Olha só. Isso federal? Então, que o Município coloque mais uns 12 para ficar 100. Para ter atrativo, para que os construtores possam dar casa para esse povo. O levantamento que fizemos foi de 52 mil necessidades, 52 mil unidades habitacionais, que são necessárias para Porto Alegre, e nós fizemos 3, então, naquela época 49, mas como são passados quatro anos, talvez seja mais do que 49, se houver um outro levantamento, outro cadastramento.

Mas uma coisa é certo, que eu deixar na LDO, também considerando o Minha Casa, Minha Vida, é o depois. Sabem vocês muito bem que o Minha Casa, Minha Vida se atrapalhou um pouco nas residências que meu gabinete do DEMHAB conseguiu fazer, primeiro pela invasão da droga. Não existia nenhum projeto de segurança interna dos condomínios, e os vendedores de tráfico, os facilitadores do tráfico tomaram conta desses locais. O que foi muito triste. Não aconteceu muito isso com o Bento Gonçalves, aqui perto do Carrefour, porque existe lá um grupo muito coeso de chefes de condomínios, como a Vanessa, por exemplo, que cuidam absolutamente daquilo, ele está sem pichação, está limpo, está com alguns canteiros e tem a segurança muita garantida. Mas ele foi meio que abandonado pela Caixa Econômica – todos os condomínios – foi meio abandonado pelos governos, pela prefeitura, foi um pouco abandonado. E agora, quando eu estive visitando ontem, e prometi que na LDO eu ia deixar algum valor, por exemplo, nada mais se adicionou, deu naquela época, alguns deles têm escolas, outros têm ambulatórios de saúde e outros têm apenas salas para reuniões, 15 anos, aniversários, formaturas e festas; e não têm mais nada. E ela então me contava da necessidade de fazer Educação Física, para não saírem as crianças de dentro do condomínio, perigo muito grande no entorno, são áreas conflagradas ao redor, geralmente. Então nós vamos procurar deixar no orçamento um valor que para o Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, faça canchas de futebol de salão, canchas de vôlei. Eu imaginei até piscinas, como nós

conseguimos fazer, Ver. João Bosco Vaz, na Escola de Samba da Restinga que acabou ficando com a água verde, abandonada por muito tempo. Que não seja assim com o Minha Casa, Minha Vida. Além de dar residência, nós temos que facilitar escola, atendimento, lazer e muitas outras coisas, para que outros grupos não adotem as famílias daqueles locais. Até hoje não sei por que não houve um programa de prevenção contra invasão dos homens da droga; vendem drogas para as crianças no condomínio e expulsam determinados moradores do Minha Casa, Minha Vida e outros moradores vendem suas residências que é expressamente proibido. Ele só poderá vender sua casa daqui a 10, 15 anos. Muitos entraram na fila, ganharam a casa, se inscreveram em outra, ganharam e venderam suas casas por 6, 7 mil. E a Caixa Econômica não vai fazer nada para isso? E a Prefeitura não vai fazer nada por isso? Então nós precisamos pelo menos deixar algum valor no Orçamento para que essas obras sejam feitas.

E para que outras casas sejam construídas, nós temos que deixar um valor. Eu imagino uns R\$ 12 mil. Porque, se está emblemático R\$ 100 mil, aí, talvez, os construtores, que são muito vivos, venham a fazer isso. Eles não fazem isso, eles fazem grandes construções, o que está errado, porque tinha que ter a contrapartida social de fazerem para essas pessoas necessitadas, oriundas do Minha Casa, Minha Vida, um programa maravilhoso e que não está sendo bem aproveitado. Então, aproveitem a época da consolidação das leis, da votação que está sendo feita aqui para votarem o valor que eu vou pedir mais adiante para o Minha Casa, Minha Vida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Passamos à

PAUTA

Não havendo inscritos para discutir a Pauta, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h03min.)